

Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A.

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	4
Balanço patrimonial	9
Demonstração do resultado	10
Demonstração do resultado abrangente	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações contábeis	14

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A. (“Companhia”) relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. A Companhia tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena, no Estado do Pará, desde maio de 2005.

Barcarena, 25 de março de 2020.

A Administração.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**Aos Administradores, Acionistas e Diretores da
Convicon – Contêineres de Vila do Conde S.A.
Barcarena - PA**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Convicon – Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Convicon – Contêineres de Vila do Conde S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita - cut off

Veja as Notas 3 (c) e 17 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Parte substancial das receitas de serviços da Companhia é proveniente de operações de cais, armazenagem alfandegada e operações logísticas, cuja transferência do serviço ocorre ao longo do tempo, ou seja, à medida que a Companhia presta o respectivo serviço contratado e o cliente se beneficia dele. A Companhia efetua estimativa das receitas cuja transferência do serviço já tenha ocorrido, mas não tenha sido faturado, baseada em critérios definidos para cada contrato de serviços. Em função da complexidade e julgamento significativo inerente ao processo de determinação do momento de transferência de serviços de operações de cais, desembaraço aduaneiro e	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados ao processamento de receita; (ii) avaliação do montante de receita estimada relativa a serviços já transferidos ao cliente dentro do período de competência; (iii) avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram todas as informações relevantes, em especial a divulgação das políticas contábeis da Companhia com relação ao reconhecimento de receita. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima sintetizados,

armazenagem, o reconhecimento da receita pode estar suscetível a erros na determinação de quando e por quanto o serviço foi prestado.	consideramos aceitável o reconhecimento de receita, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
---	---

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31.12.2019	31.12.2018	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31.12.2019	31.12.2018
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	5	95.781	23.524	Empréstimos e financiamentos	11	4.283	4.415
Contas a receber	6	13.070	13.668	Debêntures	12	5.044	-
Estoques	7	2.477	2.232	Fornecedores		5.372	5.369
Ativo fiscal corrente	8	2.871	71	Salários e obrigações sociais		3.246	2.357
Outros ativos		508	199	Impostos e taxas		1.121	1.142
Total dos ativos circulantes		<u>114.707</u>	<u>39.694</u>	Imposto de renda e contribuição social a pagar		338	625
				Dividendos a pagar	4.d)	1.478	-
				Obrigações com poder concedente	14	1.123	440
				Arrendamento mercantil	15	3.564	-
				Outros passivos	4.a)	125	94
				Total dos passivos circulantes		<u>25.694</u>	<u>14.442</u>
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Depósitos judiciais	13	2.356	2.196	Empréstimos e financiamentos	11	13.499	17.233
Ativo fiscal diferido	21.b)	10.178	13.811	Debêntures	12	53.442	-
Outros ativos		7	7	Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	13	759	1.299
Imobilizado	9	14.916	44.335	Passivos atuariais - assistência médica complementar	23	2.851	1.078
Intangível	10	69.883	17.386	Obrigações com poder concedente	14	21.010	13.359
Total dos ativos não circulantes		<u>97.340</u>	<u>77.735</u>	Arrendamento mercantil	15	933	-
				Total dos passivos não circulantes		<u>92.494</u>	<u>32.969</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	16.a)	90.069	90.069
				Reserva de capital	16.b)	83	83
				Reserva de lucros	16.c)	311	-
				Prejuízos acumulados	16.d)	-	(20.060)
				Dividendo adicional proposto	16.d)	4.435	-
				Ajuste de avaliação patrimonial	16.e)	(1.039)	(74)
				Total do patrimônio líquido		<u>93.859</u>	<u>70.018</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>212.047</u></u>	<u><u>117.429</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>212.047</u></u>	<u><u>117.429</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
RECEITA LÍQUIDA	17	105.929	97.470
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(62.603)	(59.218)
LUCRO BRUTO		<u>43.326</u>	<u>38.252</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas com vendas	18	(901)	(387)
Provisão para perdas de créditos esperados e perdas de créditos incobráveis	18	(853)	(411)
Despesas gerais e administrativas	18	(2.752)	(2.649)
Outras receitas operacionais	19	2.191	276
Outras despesas operacionais	19	(27)	(182)
Total		<u>(2.342)</u>	<u>(3.353)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>40.984</u>	<u>34.899</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	4.340	5.368
Despesas financeiras	20	(5.645)	(7.759)
Total do resultado financeiro		<u>(1.305)</u>	<u>(2.391)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>39.679</u>	<u>32.508</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social - correntes	21.a)	(9.264)	(7.262)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	21.a)	(4.131)	(3.763)
Total do imposto de renda e da contribuição social		<u>(13.395)</u>	<u>(11.025)</u>
LUCRO DO EXERCÍCIO		<u>26.284</u>	<u>21.483</u>
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$			
Ordinária	22	<u>0,29182</u>	<u>0,23852</u>
Preferencial	22	<u>0,29182</u>	<u>0,23852</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.12.2019	31.12.2018
LUCRO DO EXERCÍCIO		26.284	21.483
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES			
Assistência médica complementar	23	(1.463)	(95)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre (Ganho) / Perda - assistência médica complementar	23	498	32
Total assistência médica complementar	23	(965)	(63)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		<u>25.319</u>	<u>21.420</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital Plano de opção de compra de ações	Reserva de lucro Legal	Dividendo adicional proposto	Lucro/ (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio líquido
SALDOS REAPRESENTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		90.069	83	-	-	(41.543)	(11)	48.598
Passivo atuarial - despesas médicas	23	-	-	-	-	-	(63)	(63)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	21.483	-	21.483
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		90.069	83	-	-	(20.060)	(74)	70.018
Passivo atuarial - despesas médicas	23	-	-	-	-	-	(965)	(965)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	26.284	-	26.284
Destinação do lucro:								
Reserva legal	16.c)	-	-	311	-	(311)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.d)	-	-	-	-	(1.478)	-	(1.478)
Dividendo adicional proposto	16.d)	-	-	-	4.435	(4.435)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		90.069	83	311	4.435	-	(1.039)	93.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31.12.2019	31.12.2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social	39.679	32.508
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Variações monetárias, cambiais e derivativos	694	2.227
Depreciações e amortizações	6.313	2.536
Reversão de provisão para contingências	(233)	(113)
Provisão para perdas de créditos esperados e perdas de créditos incobráveis	853	411
Baixas e resultado na venda de ativos permanentes	3	118
Assistência médica complementar	310	267
Juros sobre debêntures apropriados	201	-
Juros sobre empréstimos apropriados	533	286
Juros sobre obrigações com poder concedente	1.316	1.368
Juros sobre arrendamento mercantil	303	-
	<u>49.972</u>	<u>39.608</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(255)	(4.669)
Estoques	(245)	119
Ativo fiscal corrente	(2.800)	45
Depósitos judiciais	(160)	(909)
Outros ativos	(309)	135
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	3	(408)
Salários e obrigações sociais	889	382
Impostos, taxas e contribuições	(21)	519
Outros passivos	31	(17)
	<u>47.105</u>	<u>34.805</u>
Pagamentos obrigações com o poder concedente	(1.883)	(1.769)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.551)	(7.006)
Baixa de contingências por pagamento	(307)	(291)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>35.364</u>	<u>25.739</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de bens do imobilizado	(4.487)	(44.348)
Recursos provenientes de alienação de bens do imobilizado	-	70
Aumento do ativo intangível	(9.000)	(31)
Juros sobre empréstimos capitalizados	323	671
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(13.164)</u>	<u>(43.638)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos captados	57.995	21.178
Pagamentos de empréstimos	(4.227)	(4.287)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	-	85
Juros pagos por debêntures / empréstimos	(899)	(741)
Pagamentos arrendamento mercantil	(2.812)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>50.057</u>	<u>16.235</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>72.257</u>	<u>(1.664)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.524	25.188
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>95.781</u>	<u>23.524</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>72.257</u>	<u>(1.664)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Informações gerais

A Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A. (“Companhia”) tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena, no Estado do Pará, sede da Companhia, desde maio de 2005, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditivo nº 02 do Contrato nº 14/2003, que até então era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins que envolvem sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres e utilização especial do berço de uso público 301, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União.

Em 16 de novembro de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União - DOU o Extrato do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, firmado entre a Companhia e a União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (“MTPAC”), com a interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”) e da Companhia Docas do Pará (“CDP”), cujo objeto foi à prorrogação antecipada do referido arrendamento portuário até 18 de setembro de 2033.

A controladora da Companhia é a Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações que representam o capital social, entretanto, a controladora final da Companhia é a Santos Brasil Participações S.A.

b) Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração com a Companhia Docas do Pará - CDP

A Companhia tem o compromisso de pavimentar, cercar e iluminar pelo menos 20.000 m² do lote A e adquirir equipamentos necessários para torná-lo apto à movimentação de, no mínimo, 30.000 contêineres após o quinto ano da assinatura do Contrato.

Como parte da remuneração garantida à CDP pelo contrato de exploração do Terminal, a Companhia está obrigada a efetuar pagamentos de valores por contêiner movimentado, sendo R\$25,10 por contêiner cheio movimentado, R\$5,02 por contêiner vazio movimentado e R\$2,51 por movimentação de carga unitizada por tonelada. As instalações em exploração e os bens de propriedade da CDP, em utilização pela Companhia, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento, *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do Porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CDP após o término ou a extinção do contrato.

A Companhia tem o compromisso contratual de pagar à CDP remuneração pela exploração do Terminal ao longo do período contratual (15 anos), em parcelas mensais de aluguel e arrendamento operacional, acrescidas, em setembro de cada ano, pela reposição da inflação por meio do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

Em razão do Oitavo Aditamento ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, a Companhia assumiu o compromisso de investir até o final do ano de 2033, o montante de R\$129.044 em ampliação, equipamentos e sistemas. Os investimentos realizados até 31 de dezembro de 2019 foram no montante de R\$56.942 (R\$44.052 em 31 de dezembro de 2018).

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As presentes demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações contábeis anuais no qual o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 – provisão para perdas de crédito esperada;

- Notas explicativas nº 9 e 10 – vida útil dos ativos;
- Nota explicativa nº 13 – reconhecimento e mensuração de provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis;
- Nota explicativa nº 21 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidades de lucro tributável futuro;
- Nota explicativa nº 23 – mensuração de obrigações de benefícios: principais premissas atuariais.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC's, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (“*inputs*”) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (“*inputs*” não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 24 – Instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos.

d) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado reconhecido nos balanços patrimoniais.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Mudança nas políticas contábeis

- ***CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos***

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

Para maiores detalhes, veja nota explicativa nº 3 i). A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações contábeis na adoção inicial em 1º de janeiro de 2019.

- ***IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)***

A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tema e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

A Administração da Companhia passou a considerar os aspectos do IFRIC 23 (ICPC 22) e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações contábeis, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras nas datas de apresentação das demonstrações contábeis são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquelas datas. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no fim do exercício de apresentação.

c) Receita operacional

A receita de serviços é reconhecida no resultado em virtude da respectiva prestação e está relacionada, principalmente, a operações de cais e armazenagem alfandegada. As operações de cais referem-se, basicamente, ao embarque e desembarque de contêineres dos navios e são reconhecidas no resultado em virtude da conclusão das operações de cada navio, ou seja, transferência do controle pelo cumprimento da obrigação de desempenho. A armazenagem alfandegada está relacionada à armazenagem de carga de importação ou de exportação. Os preços são formados mediante acordo com os clientes e em sua grande maioria formalizados em contratos. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado no momento do desembarque aduaneiro e da retirada da carga importada pelo importador ou do embarque no navio da carga exportada, nos casos em que as cargas permaneçam armazenadas excedendo um mês de sua data de entrada, a receita é reconhecida dentro do mês com valores estimados.

d) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornou parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (“ORA”). Essa escolha é feita investimento por investimento.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Capital social – Ações ordinárias e preferenciais

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo.

e) Ajuste a valor presente

As contas sujeitas a ajuste a valor presente são as contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores. Estas não foram trazidas a seu valor presente em virtude de os prazos de liquidação serem inferiores há 60 dias.

f) Estoques

Os estoques, representados, principalmente, por itens de manutenção, são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exerce o valor de mercado.

g) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas, quando necessário.

Os equipamentos de carga apresentados no imobilizado são equipamentos não reversíveis ao final do contrato de arrendamento.

O *software* comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

Depreciação

Reconhecida no resultado com base no método linear quanto às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for o mais curto entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade no fim do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativas estão apresentadas na nota explicativa nº 9.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h) Ativos intangíveis

Direito de exploração

O direito de exploração é reconhecido mediante aos contratos de arrendamentos de áreas portuárias em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e variáveis mínimas (movimentações mínimas contratuais) fixadas no contrato de arrendamento, no passivo, na rubrica “Obrigações com poder concedente”.

Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

Gastos subsequentes

Capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Os contratos de concessão são amortizados pelo período que for o mais curto entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade no fim do prazo do arrendamento. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativas estão apresentadas na nota explicativa nº 10.

i) Ativos arrendados

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia opta por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido à zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia opta por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

j) Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (“*forward-looking*”).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”:

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio que não tenha vida útil definida, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k) Benefícios a empregados

Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações contábeis, eles são descontados a seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

Assistência médica complementar

Os gastos com o plano de assistência médica na aposentadoria são reconhecidos pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente nas datas de apresentação das demonstrações contábeis. O custo de serviços passados é amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.

A obrigação com benefícios de assistência médica reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, conforme nota explicativa nº 23.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e for provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

m) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

n) Imposto de renda e contribuição social

Os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculadas com base nas alíquotas de 15%, acrescidas de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações contábeis, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações contábeis e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável.

o) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. A Companhia não possui nenhum instrumento diluidor de seu resultado.

p) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia optou por classificar os juros pagos e recebidos como fluxo de caixa de financiamento, opção essa prevista nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

q) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15 / IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 / IAS 1 e CPC 23 / IAS 8);
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Contas correntes

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia tinha registrado em “Outros passivos” valores referentes ao rateio de despesas com serviços administrativos compartilhados.

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Passivo circulante:		
Santos Brasil Participações S.A.	<u>125</u>	<u>94</u>

b) Remuneração do pessoal-chave

A remuneração do pessoal-chave da Diretoria compreende benefícios de curto prazo de R\$69 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$124 em 31 de dezembro de 2018).

c) Benefícios a colaboradores

A Companhia fornece a seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente, seguro de vida, assistência médica, cesta básica e vale-refeição. Em 31 de dezembro de 2019, esses benefícios representaram a aplicação de R\$5.160 (R\$5.150 em 31 de dezembro de 2018), correspondentes a 4,87% e 5,28%, respectivamente, de sua receita operacional líquida.

d) Dividendos a pagar

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Passivo circulante:		
Dividendos a pagar:		
Pará Empreendimentos Financeiros S.A.	<u>1.478</u>	<u>-</u>

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E NATUREZA DAS APLICAÇÕES

a) Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Caixa e saldo em bancos	272	587
Aplicações financeiras	<u>95.509</u>	<u>22.937</u>
Total	<u><u>95.781</u></u>	<u><u>23.524</u></u>

b) Natureza das aplicações financeiras

	Taxas médias - <u>% CDI</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Fundos de investimento (*)	96,22	Indeterminado	<u>95.509</u>	<u>22.937</u>
Total			<u><u>95.509</u></u>	<u><u>22.937</u></u>

(*) Fundo não exclusivo

As aplicações financeiras de curto prazo, consideradas como equivalentes de caixa possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As taxas médias das aplicações financeiras, apresentadas anteriormente, referem-se às remunerações obtidas no período de janeiro a dezembro de 2019 e estão relacionadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Circulante:		
No País	12.866	14.168
A Faturar	631	-
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(427)	(500)
Total	<u>13.070</u>	<u>13.668</u>

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Créditos a vencer	6.986	8.435
Créditos em atraso até 60 dias	4.263	3.404
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	530	140
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	949	812
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	267	996
Créditos em atraso há mais de 361 dias	502	381
Total	<u>13.497</u>	<u>14.168</u>

Redução por perda do valor recuperável

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Para tanto, são considerados os créditos vencidos e a vencer para cálculo e constituição da provisão.

Os quadros a seguir refletem a variação da provisão para perdas de crédito esperadas e os títulos baixados ao resultado:

Saldo em 31.12.2018	500
Adições, líquida de reversões	853
Baixas	(926)
Saldo em 31.12.2019	<u>427</u>
Saldo em 31.12.2017	807
Adições, líquida de reversões	411
Baixas	(718)
Saldo em 31.12.2018	<u>500</u>

7. ESTOQUES

	31.12.2019	31.12.2018
Material de manutenção	2.231	2.013
Material administrativo	52	40
Material de segurança	95	96
Outros	99	83
Total	<u>2.477</u>	<u>2.232</u>

Os materiais mantidos em estoque são utilizados, principalmente, na manutenção de equipamentos operacionais e são reconhecidos no resultado do exercício quando utilizados.

8. ATIVO FISCAL CORRENTE

	31.12.2019	31.12.2018
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	16	32
Antecipação Imposto sobre Serviços - ISS Tomador	-	7
ISS a compensar Lei complementar nº 443 / 2001	36	27
Créditos de Programa de Integração Social - PIS / Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.850	-
Crédito a recuperar de Fundo de Desenvolvimento e Administração da Arrecadação e Fiscalização - FUNDAF	969	-
Outros	-	5
Total	<u>2.871</u>	<u>71</u>

Os créditos de IRRF, no montante de R\$16 (R\$32 em 31 de dezembro de 2018), referiam-se, principalmente, a aplicações financeiras.

Os créditos de ISS, no montante de R\$36 (R\$27 em 31 de dezembro de 2018), são decorrentes de créditos sobre o faturamento.

Os créditos de PIS e COFINS, no montante de R\$1.850, referiam-se ao mandado de segurança impetrado no intuito de excluir o ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo foi considerado procedente, gerando o direito creditório, referente ao período de outubro de 2012 a dezembro de 2019. Tais créditos estão sendo compensados nas apurações mensais das próprias contribuições.

Os créditos de FUNDAF, no montante de R\$969, referiam-se, a recolhimento indevido, conforme artigo 6º do Decreto-Lei nº 1437/75, decorrentes de pagamentos efetuados no período de janeiro de 2014 a abril de 2017.

9. IMOBILIZADO

		Equipamentos		Imobilizações em andamento (*)	Equipamentos de informática	Máquinas, equipamentos e acessórios	Instalações, móveis e utensílios	Veículos	Direito de uso - Aluguéis	Outros itens	Total
Benfeitorias em imóveis de terceiros		de movimentação de carga									
-	Taxa de depreciação (%)	12,5	-	-	20	10	10	20	-	10	-
-	Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2018	1.330	709		172	442	76	4	-	-	2.733
Movimentações											
831	Aquisições / transferências	3.889	39.421		25	85	97	-	-	-	44.348
-	Baixas	(188)	-		-	-	-	-	-	-	(188)
(831)	Reclassificações (**)	(20)	-		1	-	-	-	-	-	(850)
-	Depreciações	(1.008)	-		(172)	(443)	(81)	(4)	-	-	(1.708)
-	Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	4.003	40.130		26	84	92	-	-	-	44.335
Saldos em 31 de dezembro de 2018											
-	Custo	10.020	40.130		1.298	4.340	776	188	-	16	56.768
-	Depreciação acumulada	(6.017)	-		(1.272)	(4.256)	(684)	(188)	-	(16)	(12.433)
-	Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	4.003	40.130		26	84	92	-	-	-	44.335
-	Taxa de depreciação (%)	12,6	-	-	20	10	10	20	-	10	-
-	Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2019	4.003	40.130		26	84	92	-	-	-	44.335
Movimentações											
-	Aquisições / transferências	4.569	(424)		233	57	30	-	7.006	22	11.493
-	Baixas	(3)	-		-	-	-	-	-	-	(3)
-	Reclassificações (**)	-	(37.392)		-	-	-	-	-	-	(37.392)
-	Depreciações	(841)	-		(19)	(13)	(14)	-	(2.627)	(3)	(3.517)
-	Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	7.728	2.314		240	128	108	-	4.379	19	14.916
-	Saldos em 31 de dezembro de 2019	14.530	2.314		1.509	4.397	793	188	7.006	39	30.776
-	Depreciação acumulada	(6.802)	-		(1.269)	(4.269)	(685)	(188)	(2.627)	(20)	(15.860)
-	Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	7.728	2.314		240	128	108	-	4.379	19	14.916

(*) O valor de adições na rubrica “Imobilizações em andamento” está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam.

(**) Reclassificações, principalmente, para o intangível.

Em 31 de dezembro de 2019, tínhamos o montante de R\$323 (R\$671 em 31 de dezembro de 2018), com taxa média de juros de 3,02% a.a. (3,02% em 31 de dezembro 2018), referente aos financiamentos diretamente atribuíveis a essas imobilizações.

10. INTANGÍVEL

	Vida útil definida			Total
	Direito de exploração	Softwares Sistema de processamento de dados	Outros intangíveis Intangível em andamento	
Taxa de amortização (%)	8,1	20	-	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2018	16.054	33	-	16.087
Movimentações				
Aquisições / transferências	1.246	31	-	1.277
Reclassificações (*)	850	-	-	850
Amortizações	(795)	(33)	-	(828)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	17.355	31	-	17.386
Saldos em 31 de dezembro de 2018				
Custo	57.816	405	-	58.221
Amortização acumulada	(40.461)	(374)	-	(40.835)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	17.355	31	-	17.386
Taxa de amortização (%)	7,4	20	-	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2019	17.355	31	-	17.386
Movimentações				
Aquisições / transferências	8.901	-	9.000	17.901
Reclassificações (*)	36.941	236	215	37.392
Amortizações	(2.776)	(20)	-	(2.796)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	60.421	247	9.215	69.883
Saldos em 31 de dezembro de 2019				
Custo	103.659	641	9.215	113.515
Amortização acumulada	(43.238)	(394)	-	(43.632)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	60.421	247	9.215	69.883

(*) Reclassificações do imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2019, foi efetuado teste de recuperação, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC considerando o orçamento anual para o exercício de 2020 e o planejamento de longo prazo até 2033, elaborado para a Companhia, com as seguintes premissas mais relevantes:

- De maneira conservadora, não foram considerados crescimentos nos volumes de movimentação de contêineres a partir de 2021.

	2020	2021	2022	2023	2024
Taxa de crescimento dos próximos 5 anos:	5,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

- Taxa real de desconto aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos.
- Na data-base de 31 de dezembro de 2019 foi tomado o montante dos ativos operacionais.

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital ("*Weighted Average Cost of Capital* – WACC") em que a UGC opera, sendo 5,91% em 31 de dezembro de 2019 (7,47% em 31 de dezembro de 2018).

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas até o término do contrato de concessão (2020-2033).

O valor recuperável estimado UGC é superior ao valor dos ativos operacionais em 31 de dezembro de 2019. A Administração não espera impacto quanto ao valor recuperável, com base nas premissas adotadas/utilizadas para o cálculo.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Juros	Atualizações	Amortização	31.12.2019	31.12.2018	Moeda da transação
Moeda nacional:						
FINAME	TLP + 4,60% a.a.	UMSELIC	Mensal	2.011	2.585	R\$
				2.011	2.585	
Moeda estrangeira:						
FINIMP	LIBOR + 3,80% a.a.	Variação cambial	Semestral	-	171	US\$
FINIMP (*)	EURIBOR + 3,02% a.a.	Variação cambial	Semestral	15.771	18.892	€
				15.771	19.063	
Total				17.782	21.648	
(-) Parcelas de curto prazo				(4.283)	(4.415)	
Parcelas de longo prazo				13.499	17.233	

(*) FINIMP possui *covenants*.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira têm os juros acrescidos do IRRF na remessa, conforme previsão contratual.

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada no quadro a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Saldo inicial	21.648	2.205
Captação	-	21.178
Juros e custos apropriados	533	286
Juros capitalizados	323	671
Var. monetária e cambial	404	2.336
(-) Amortização da dívida	(4.227)	(4.287)
(-) Juros pagos	(899)	(741)
Saldo final	17.782	21.648

O FINIMP da Companhia possui *covenants*, a ser apurado anualmente decorrente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, cujo quociente deverá ser igual ou inferior a 2,5 (vezes), tendo por base as Demonstrações Contábeis Consolidadas auditadas da sua controladora indireta Santos Brasil Participações S.A. (“Santos Brasil”).

	Santos Brasil Participações S.A. 31.12.2019
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	266.376
Aplicações financeiras	159.067
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	77.925
Debêntures	358.471
Arrendamento mercantil	30.905
Dívida líquida	41.858
EBITDA (LAJIDA)	221.635
Dívida líquida / EBITDA (LAJIDA) igual ou inferior a 2,5 vezes	0,2

Garantias

- Garantias concedidas

Os empréstimos e financiamentos não possuem garantias.

- Garantias obtidas

Na data-base 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía nenhuma garantia tomada decorrente das operações em aberto nem de nenhuma outra operação existente.

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida de longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	2021	2022	2023	2024	Total
FINAME	617	617	150	-	1.384
FINIMP	3.461	3.461	3.461	1.732	12.115
Total	4.078	4.078	3.611	1.732	13.499

12. DEBÊNTURES

	Juros	Atualizações	Amortização	31.12.2019
Debêntures:	4,20% a.a.	IPCA	Semestral	<u>58.486</u>
(-) Parcelas de curto prazo				(5.044)
Parcelas de longo prazo				53.442

- (a) Em 25 de outubro de 2019, foi aprovado em assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia, a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no montante total de R\$60.000. As debêntures contarão com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Em 26 de agosto de 2019, o Conselho de Administração da controladora indireta Santos Brasil deliberou a concessão de garantia para essa emissão. A operação foi liquidada em 03 de dezembro de 2019.

A tabela abaixo apresenta um resumo contendo as condições finais das Debêntures:

Série	Vencimento	Taxa final	Volume Alocado (R\$)
Série única	17 de novembro de 2031	IPCA + 4,20% a.a.	60.000

A movimentação das debêntures está demonstrada no quadro a seguir:

	31.12.2019
Saldo inicial	-
Captação	60.000
(-) Custo das captações	(2.005)
Valor líquido captado	57.995
Juros e custos apropriados	201
Variação monetária sobre principal	290
Saldo final	<u>58.486</u>

(*) Os juros pagos estão sendo apresentados na “Demonstração de Fluxo de Caixa” na rubrica “Atividade de Financiamentos”.

Com base na cláusula 7.1.2, inciso II, da Escritura da Primeira Emissão da Convicon, a não observância do índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA ajustado (conforme definido abaixo), que deverá ser igual ou inferior a 3,0 vezes, poderá acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures. O índice financeiro deve ser apurado trimestralmente, tendo por base as Demonstrações Contábeis Consolidadas da sua controladora Santos Brasil.

Em 31 de dezembro de 2019 o índice financeiro estava sendo atendido, conforme segue:

	Santos Brasil Participações S.A. 31.12.2019
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	266.376
Aplicações financeiras	159.067
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	77.925
Debêntures	358.471
Arrendamento mercantil	30.905
Dívida líquida	41.858
EBITDA ajustado (*)	118.312
Dívida líquida / EBITDA ajustado igual ou inferior a 3,0 vezes	0,4

(*) Para fins de apuração do índice financeiro, "EBITDA ajustado" significa, com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da sua controladora indireta Santos Brasil relativas aos 4 (quatro) trimestres imediatamente anteriores, o resultado de EBITDA menos os pagamentos sobre obrigações com poder concedente (demonstração do fluxo de caixa) referente às parcelas fixa e variável mínima dos contratos de arrendamento.

13. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia está exposta a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que estão provisionados nas demonstrações contábeis, em virtude de serem considerados como de chance de perda provável. O procedimento de determinação dos processos provisionados é considerado adequado pela Administração, levando em consideração vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	31.12.2019	31.12.2018
Provisão trabalhista (a)	152	694
Provisão para processo Fator Acidentário de Prevenção - FAP (b)	189	257
Outros processos	418	348
Total	759	1.299

Os valores depositados judicialmente relativos às contingências em discussão judicial eram:

	31.12.2019	31.12.2018
Processos trabalhistas (a)	40	31
Processo FAP (b)	65	63
	105	94
Outros depósitos judiciais (c)	2.251	2.102
Total	2.356	2.196

- (a) Referem-se a processos de responsabilidade da Companhia provisionados no montante de R\$152, para os quais existem depósitos judiciais de R\$40 e 4 seguros garantia no montante de R\$3.718.
- (b) O provisionamento refere-se às impugnações administrativas apresentadas perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em razão da nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e de afastamentos de funcionários em comparação com as empresas que exercem a mesma atividade econômica (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE). Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizada medida cautelar requerendo autorização para o depósito judicial e suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao FAP do ano 2010. A liminar foi deferida autorizando o depósito integral dos créditos, no montante de R\$65. Posteriormente, foi ajuizada ação ordinária para discussão da constitucionalidade e legalidade do FAP. Também foram ajuizadas ações ordinárias referentes ao FAP do ano 2011, visando à suspensão da exigibilidade do débito mediante a realização de depósitos judiciais.
- (c) Referem-se, a outros processos trabalhistas, no montante de R\$666, outros depósitos nas esferas tributária e cível, no montante de R\$1.578 e a bloqueios judiciais, no montante de R\$7.

A movimentação das provisões para contingências, nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2019 e de 2018, está demonstrada nos quadros a seguir:

	Saldo em 31.12.2018	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2019
Provisão trabalhista	694	44	(295)	(291)	152
Provisão para FAP	257	32	-	(100)	189
Outros processos	348	62	(12)	20	418
Total	<u>1.299</u>	<u>138</u>	<u>(307)</u>	<u>(371)</u>	<u>759</u>

	Saldo em 31.12.2017	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2018
Provisão trabalhista	1.421	12	(187)	(552)	694
Provisão para FAP	193	64	-	-	257
Outros processos	89	337	(104)	26	348
Total	<u>1.703</u>	<u>413</u>	<u>(291)</u>	<u>(526)</u>	<u>1.299</u>

(*) Referem-se, basicamente, a alterações de contingências ou da probabilidade de perda positiva ou negativa.

Além dos processos anteriormente citados, a Companhia possui processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de chance de perda possível, no montante de R\$4.010 (R\$6.697 em 31 de dezembro de 2018), nesse caso nenhuma provisão para perda foi registrada nas demonstrações contábeis.

14. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

A Companhia reconhece no passivo as parcelas fixas e variáveis (movimentações mínimas contratuais), sendo trazidas a valor presente na data inicial do contrato de arrendamento.

	Saldo contábil 31.12.2018	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	Saldo contábil 31.12.2019
Arrendamento	6.959	663	4.776	(915)	11.483
MMC	6.840	653	4.125	(968)	10.650
Obrigações com poder concedente	<u>13.799</u>	<u>1.316</u>	<u>8.901</u>	<u>(1.883)</u>	<u>22.133</u>
(-) Curto prazo	(440)				(1.123)
Longo prazo	13.359				21.010

(*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 10.

	Saldo contábil 31.12.2017	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	Saldo contábil 31.12.2018
Arrendamento	5.916	695	1.246	(898)	6.959
MMC	7.038	673	-	(871)	6.840
Obrigações com poder concedente	<u>12.954</u>	<u>1.368</u>	<u>1.246</u>	<u>(1.769)</u>	<u>13.799</u>
(-) Curto prazo	(364)				(440)
Longo prazo	12.590				13.359

(*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 10.

Em 31 de dezembro de 2019, o compromisso com poder concedente de longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

2021	2022	2023	2024 - 2033	Total
<u>1.173</u>	<u>1.228</u>	<u>1.288</u>	<u>17.321</u>	<u>21.010</u>

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Arrendamento - Aluguéis

Direito de uso (Ativo)	Adoção inicial 01.01.2019	Adições / Baixas	Depreciação	Saldo contábil 31.12.2019
Máquinas e equipamentos	-	7.006	(2.627)	4.379
Total do ativo	<u>-</u>	<u>7.006</u>	<u>(2.627)</u>	<u>4.379</u>

<u>Arrendamentos (Passivo)</u>	<u>Adoção inicial 01.01.2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Juros apropriados</u>	<u>Variação monetária / Efeitos de renovação (*)</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Saldo contábil 31.12.2019</u>
Máquinas e equipamentos	-	7.006	303	-	(2.812)	4.497
Total do passivo	-	7.006	303	-	(2.812)	4.497
(-) Curto prazo	-					(3.564)
Longo prazo	-					933

(*) A contrapartida desse montante é o ativo imobilizado no ativo não circulante.

Em 1º de abril de 2019, a Companhia assinou acordo de arrendamento, referente ao aluguel de um guindaste móvel de cais (MHC), que possui vencimento em março de 2021, utilizando a taxa de desconto de 7,47% a.a.

A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de 7,47% ao ano para contratos com vencimento de até 5 anos, foi baseada nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustadas à realidade da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	<u>2021</u>
Máquinas e equipamentos	933
	<u>933</u>

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS / COFINS apresentados no quadro a seguir:

<u>Fluxo de caixa</u>	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	4.688	4.497
PIS / COFINS potencial (9,25%)	434	416

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

	<u>Ações ordinárias</u>		<u>Ações preferenciais</u>	
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Emitidas / autorizadas sem valor nominal	<u>45.034.292</u>	<u>45.034.292</u>	<u>45.034.292</u>	<u>45.034.292</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social da Companhia era de R\$90.069, representado por 45.034.292 ações ordinárias e 45.034.292 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto e terão prioridade na distribuição do dividendo a ser distribuído.

b) Reserva de capital

Plano de opção de compra de ações

Representado pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações, no montante de R\$83 em 31 de dezembro de 2019 (R\$83 em 31 de dezembro de 2018), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações.

c) Reservas de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d) Remuneração dos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária e o Estatuto Social da Companhia.

A seguir, a demonstração da remuneração aos acionistas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

		<u>31.12.2019</u>
Lucro líquido do exercício		26.284
Absorção de prejuízo		(20.060)
Constituição da reserva legal	5%	<u>(311)</u>
Lucro líquido ajustado		5.913
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	<u>1.478</u>
Remuneração aos acionistas:		
Dividendos mínimos obrigatórios		1.478
Dividendos complementares propostos		<u>4.435</u>
Remuneração bruta aos acionistas	100%	<u>5.913</u>

e) Ajuste de avaliação patrimonial

Assistência médica complementar

Representado pelo registro contábil do cálculo atuarial da assistência médica complementar (nota explicativa nº 23), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

17. RECEITA OPERACIONAL

A seguir, a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	31.12.2019	31.12.2018
Receita bruta	119.551	113.218
Operações Portuárias	78.704	74.804
Armazenagem Alfandegada	36.122	33.803
Carga Geral	4.725	4.611
Deduções da receita:		
Impostos sobre serviços	(12.175)	(12.703)
Outras	(1.447)	(3.045)
Total	105.929	97.470

18. DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	31.12.2019	31.12.2018
Mão de obra avulsa	(151)	(121)
Taxas - Companhia Docas	(5.325)	(4.832)
Energia elétrica	(1.920)	(2.255)
Combustíveis e lubrificantes	(4.410)	(4.054)
Frete	(11)	(99)
Outros serviços e materiais	(357)	(500)
Despesas com pessoal	(32.076)	(26.900)
Locação de equipamentos	(2.743)	(6.982)
Consultoria, assessoria e auditoria	(555)	(633)
Manutenção operacional	(6.002)	(6.394)
Outros serviços	(1.831)	(1.323)
Depreciação e amortização	(6.313)	(2.536)
Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	(853)	(411)
Processos trabalhistas - avulsos	568	600
Processos trabalhistas - terceiros e outros	(16)	(121)
Despesas compartilhadas	(1.740)	(1.340)
Outras despesas	(3.374)	(4.764)
Total	(67.109)	(62.665)
Classificadas como:		
Custo dos bens e / ou serviços vendidos	(62.603)	(59.218)
Despesas com vendas	(901)	(387)
Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	(853)	(411)
Despesas gerais e administrativas	(2.752)	(2.649)
Total	(67.109)	(62.665)

19. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	31.12.2019	31.12.2018
Outras receitas operacionais:		
Correção de depósitos judiciais	2	2
Correção de crédito a recuperar - FUNDAF	270	-
Ganho na venda de ativos	-	55
Receita com depósitos não identificados	50	204
Recuperação de PIS / COFINS extemporâneo	1.850	-
Outras receitas	19	15
Total	<u>2.191</u>	<u>276</u>
Outras despesas operacionais:		
Baixa e perdas na venda de ativos	(3)	(170)
Correção de provisões	(10)	(11)
ISS sobre vendas canceladas	(14)	(1)
Total	<u>(27)</u>	<u>(182)</u>

20. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	31.12.2019	31.12.2018
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras	1.821	1.581
Variações monetárias e cambiais ativas	2.349	3.512
Valor justo da operação de <i>swap</i>	-	47
Juros	130	220
Outras receitas	40	8
Total	<u>4.340</u>	<u>5.368</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures e empréstimos	(734)	(281)
Despesas bancárias	(245)	(297)
Variações monetárias e cambiais passivas	(3.043)	(5.676)
Valor justo da operação de <i>swap</i>	-	(110)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(2)	(3)
Juros sobre obrigações com poder concedente	(1.316)	(1.368)
Juros sobre arrendamento mercantil	(303)	-
Outras despesas	(2)	(24)
Total	<u>(5.645)</u>	<u>(7.759)</u>

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Conciliação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) - correntes e diferidos

A conciliação do IRPJ e da CSLL apropriados ao resultado é demonstrada a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro antes da tributação	39.679	32.508
I - Valor base - IRPJ e CSLL:	13.467	11.029
Alíquotas de 15% IRPJ e de 9% CSLL	9.523	7.802
Alíquota adicional de 10% IRPJ com dedução de R\$240	3.944	3.227
II - Efeitos das adições permanentes de despesas e receitas	227	168
Adições permanentes:		
Contribuições a entidades de classe	128	108
Outras	99	60
III - Efeitos dos incentivos fiscais:	(299)	(172)
Incentivos fiscais	(299)	(172)
IV - Taxa efetiva:		
IRPJ e CSLL ajustados (I + II + III)	13.395	11.025
Alíquota efetiva	33,8%	33,9%
Efeitos do IRPJ e da CSLL no resultado	13.395	11.025
IRPJ e CSLL - correntes	9.264	7.262
IRPJ e CSLL - diferidos	4.131	3.763
Total	13.395	11.025

b) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos

Ativo	31.12.2019			31.12.2018		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	6.809	2.451	9.260	9.830	3.539	13.369
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas de créditos esperadas	107	38	145	125	45	170
Provisão para contingências	90	32	122	240	87	327
Depreciação	(558)	(201)	(759)	(530)	(191)	(721)
Obrigações com poder concedente	291	105	396	192	69	261
Outros	351	127	478	269	97	366
Perdas atuariais	394	142	536	29	10	39
Total	7.484	2.694	10.178	10.155	3.656	13.811

22. RESULTADO POR AÇÃO

Lucro básico e diluído por ação

Os lucros por ação básico e diluído foram calculados com base no lucro da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e na respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação nesses exercícios, conforme o quadro a seguir:

	31.12.2019			31.12.2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro do exercício	13.142	13.142	26.284	10.741	10.742	21.483
Quantidades de ações	45.034.292	45.034.292	90.068.584	45.034.292	45.034.292	90.068.584
Resultado por ação básico e diluído	0,29182	0,29182	0,29182	0,23852	0,23852	0,23852

23. PASSIVOS ATUARIAIS - BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários que farão jus ao benefício em período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.656/98 e o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefício a Empregados, determinado com base em estudo atuarial.

Os cálculos atuariais, efetuados sob a responsabilidade de atuário independente Ernst & Young Serviços Atuariais S/S, tiveram como premissas básicas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

<u>Hipóteses</u>	31.12.2019	31.12.2018
<u>Hipóteses econômicas:</u>		
Taxa de Desconto	3,38% a.a.	4,95% a.a.
Inflação Econômica	3,50% a.a.	4,00% a.a.
Inflação Médica (HCCTR)	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Fator Idade (<i>Aging Factor</i>)	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Evolução do Custo Médico	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade
Evolução da Contribuição	Inflação Econômica + Inflação Médica	Inflação Econômica + Inflação Médica
<u>Hipóteses biométricas:</u>		
Tábua de Mortalidade	AT-2000, segregada por sexo	AT-2000, segregada por sexo
Rotatividade	5%	5%
Idade de Entrada em Aposentadoria	Homem: 65 anos Mulher: 62 anos	65 anos
Hipóteses de Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Permanência na Aposentadoria	40%	40%
<u>Outras hipóteses:</u>		
Composição Familiar	<u>Participantes Ativos</u> 90% Casados Diferença de Idade Titular / Esposa - 4 anos <u>Participantes Assistidos</u> Família Real	<u>Participantes Ativos</u> 90% Casados Diferença de Idade Titular / Esposa - 4 anos <u>Participantes Assistidos</u> Família Real

Com base nos relatórios do atuário independente elaborados, os quais contêm os valores de despesas projetadas, a Companhia registrou provisões proporcionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	31.12.2019	31.12.2018
Valor presente das obrigações atuariais	310	267
Perdas atuariais calculadas	2.541	811
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	2.851	1.078
	31.12.2019	31.12.2018
Saldo Inicial	1.078	716
Custo do serviço	228	213
Juros sobre a obrigação	98	80
Benefícios pagos no ano (-)	(16)	(26)
(Ganho) / Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	1.463	95
Saldo Final	2.851	1.078
(Ganho) / Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	1.463	95
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre (Ganho) / Perda	(498)	(32)
Efeito no patrimônio líquido	965	63

Análise de sensibilidade do passivo atuarial

<u>Efeitos</u>	31.12.2019	31.12.2018
Taxa de desconto -0,5% sobre a taxa nominal	3.334	1.246
Taxa de desconto +0,5% sobre a taxa nominal	2.451	937
Tábua de mortalidade -10%	3.028	1.137
Tábua de mortalidade +10%	2.697	1.026
Custos médicos +1,0% sobre a taxa real de crescimento	3.910	1.451
Custos médicos -1,0% sobre a taxa real de crescimento	2.108	812

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	Nível de hierarquia	31.12.2019		31.12.2018	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo:					
Caixa e saldo em bancos	-	272	272	587	587
		<u>272</u>	<u>272</u>	<u>587</u>	<u>587</u>
Mensurados pelo custo amortizado:					
Contas a receber	2	13.070	13.070	13.668	13.668
		<u>13.070</u>	<u>13.070</u>	<u>13.668</u>	<u>13.668</u>
Valor justo por meio do resultado:					
Fundos de investimentos	2	95.509	95.509	22.937	22.937
		<u>95.509</u>	<u>95.509</u>	<u>22.937</u>	<u>22.937</u>
Passivo:					
Mensurados pelo custo amortizado:					
Empréstimos e financiamentos	2	17.782	17.789	21.648	20.416
Debêntures	2	58.486	61.831	-	-
Fornecedores	2	5.372	5.372	5.369	5.369
Dividendos a pagar	2	1.478	1.478	-	-
Obrigações com poder concedente	2	22.133	26.411	13.799	13.799
		<u>105.251</u>	<u>112.881</u>	<u>40.816</u>	<u>39.584</u>

Valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de *swap* que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria Companhia.

b) Risco de mercado

As políticas da Companhia relativas à gestão de riscos de mercado incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que a Companhia está sujeita.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações devido aos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e da taxa de juros sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados. Adicionalmente, também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra eles.

b.1) Risco cambial e análise de sensibilidade

As transações atreladas às moedas estrangeiras, dólar norte-americano e o euro, encerraram o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 com valorização do dólar e do euro em relação ao real de 4,0% e 2,1%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2018.

A política da Companhia é gerenciar suas exposições considerando os fluxos previstos para o período subsequente de 12 meses, em média. Assim, a exposição líquida às amortizações superiores ao período estipulado na política.

A Companhia possui empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira e a Administração os considera como os únicos instrumentos financeiros que podem oferecer riscos relevantes de cobertura.

No quadro a seguir foram considerados cinco cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, sendo o cenário provável adotado pela Companhia. Além desse cenário, a CVM, por meio da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com aumento ou redução de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2019. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável. Já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável.

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>								
Passivos financeiros:								
Empréstimos e financiamentos	€	4,53	15.771	-	3.943	7.886	(3.943)	(7.886)
Dívida líquida			15.771	-	3.943	7.886	(3.943)	(7.886)

(*) O valor apresentado refere-se ao montante nominal dos contratos vigentes.

b.2) Exposição de juros e análise de sensibilidade

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

A parte passiva das obrigações com poder concedente está exposta ao risco de flutuação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

Os saldos que estão expostos à volatilidade das taxas de juros praticadas estão sendo apresentados no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável os índices acumulados dos últimos 12 meses. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>								
Ativos financeiros:								
Aplicações financeiras	CDI	4,40%	95.509	4.202	5.253	6.304	3.152	2.101
Passivos financeiros:								
Debêntures	IPCA	4,31%	58.486	2.518	3.148	3.778	1.889	1.259
Obrigações com poder concedente	IGP-M	7,32%	22.133	1.620	2.025	2.430	1.215	810
Dívida líquida			(14.890)	(64)	(80)	(96)	(48)	(32)

c) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A provisão para perdas de créditos esperadas, em 31 de dezembro de 2019, era de R\$427, representando 3,16% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2018, essa provisão era de R\$500, equivalente a 3,52%.

Também a Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

	31.12.2019	31.12.2018
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	95.781	23.524
Contas a receber	13.070	13.668
Total	108.851	37.192

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos, a fim de reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

	Saldo	Fluxo de pagamento				
	contábil	Fluxo	Até	De 1 a	De 3 a	De 5 a
	31.12.2019	esperado	1 ano	3 anos	5 anos	30 anos
<u>Passivo</u>						
Empréstimos e financiamentos	17.782	19.430	4.827	9.061	5.542	-
Debêntures	58.486	110.092	7.592	16.247	17.346	68.907
Fornecedores	5.372	5.372	5.372	-	-	-
Dividendos a pagar	1.478	1.478	1.478	-	-	-
Obrigações com poder concedente	22.133	32.925	2.395	4.789	4.789	20.952
Total	105.251	169.297	21.664	30.097	27.677	89.859

e) Gestão de capital

A política da Administração do Grupo Santos Brasil é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital e o nível de dividendos para acionistas, procurando manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito de custo médio ponderado de capital (WACC).

A dívida em relação ao capital nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 está apresentada a seguir:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Total dos passivos circulante e não circulante	118.188	47.411
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	<u>(95.781)</u>	<u>(23.524)</u>
Dívida líquida	<u>22.407</u>	<u>23.887</u>
Total do patrimônio líquido	93.859	70.018
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido	0,23873	0,34116

25. EFEITOS NÃO CAIXA

Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, caso a operação tivesse afetado o caixa, seria apresentada na rubrica do fluxo de caixa abaixo:

	31.12.2019	31.12.2018
Aumento do intangível das obrigações com poder concedente	(8.901)	(1.246)
Aumento do imobilizado do arrendamento mercantil	(7.006)	-
Transações das atividades de investimentos	(15.907)	(1.246)

26. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2019, as seguintes apólices de seguros estavam vigentes:

	Coberturas	Moeda	Vencimento
Seguro de Operador Portuário - SOP:			Julho/2020
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	7.600	US\$	
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Seguro da frota de veículos (caminhões):			Outubro/2020
Danos materiais a terceiros	500	R\$	
Danos pessoais a terceiros	500	R\$	
Danos morais	100	R\$	

27. EVENTO SUBSEQUENTE

Coronavírus (COVID-19)

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. A epidemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado que, somadas a seu impacto potencial, aumentaram o grau de incerteza dos agentes econômicos e podem gerar impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do COVID-19, a Companhia poderá se for necessário, revisar a projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020. Entretanto, dado que o quadro do COVID-19 se altera constantemente, num prazo mais longo, torna-se incerta e imprecisa a quantificação dos impactos adversos que provocará no comércio global, na atividade econômica brasileira e, também, nos negócios da Companhia, inclusive pós-crise sanitária.

A Administração avalia de forma constante e tempestiva o impacto do COVID-19 nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, tomando ações e medidas que busquem assegurar a continuidade de suas operações, zelando pela segurança, saúde e integridade de seus funcionários e demais *stakeholders*. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as operações da Companhia seguiam funcionando regularmente, sem interrupções ou paralisações.

Diretoria

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda - Diretor-Presidente
Daniel Pedreira Dorea - Diretor Econômico-Financeiro
Ricardo dos Santos Buteri - Diretor Comercial
Roberto Teller - Diretor de Operações

Thiago Otero Vasques - CRC nº 1 SP 238735/O-0-S-PA
Contador